

Memórias de Dona Gata e Senhor Tricórnio

Luís Novais

Ex-presidente da AAUMinho

Tento reviver os sentimentos desse rapaz. Era uma noite de maio, havia tensão e estava calor, creio que para todos, já a tensão não, essa era só duns poucos, apenas para o pequeno grupo que tinha estado frontalmente contra a mudança, apenas para o pequeno grupo que tinha estado frontalmente a favor, ou seja, nestes últimos a própria direção da Associação Académica. A maioria dos estudantes, esses estavam ali, descontraídos, preparados para um primeiro dia de festa, ainda não contra, ainda não a favor, sem enquadrarem isso de Enterro da Gata em vez de Queima das Fitas, isso de tricórnio em vez de batina. Tricórnio-tricórnio, para a maioria até pela primeira vez visto e quem o vestia era esse rapaz que fumava num nervosismo controlado: eu!

Não tinha sido fácil chegar a esse momento e era nesse momento que tudo se jogava. Um grupo de colegas estava legitimamente contra, diziam que “isto é uma Universidade e não um liceu”, que “universitários festejam, mas é queima das fitas”. Pelo caminho decidiram combater a ideia, fizeram até uma caricatura que na impreparação da idade julguei ofensiva: “é a coisa mais natural do mundo, se queres estar nisto tens de aceitar estas coisas”, Clifes, o mais velho e experiente de nós, que transformando a idade em rotação se dizia com 35.000 quilómetros, eterno estudante de RI, era jornalista e esteve na organização do último Enterro da Gata do Sá de Miranda, em 1970, esse mesmo que também o Artur Moura, presidente da última organização antes desta nossa primeira: “Organizou-se para pagar as dívidas do ano anterior, porque de resto fechou

em solidariedade com o luto académico decretado em Coimbra”. Esses tempos eram outros e a guerra colonial um fantasma pairando sobre todos os que então eram o que nós éramos agora. Outros tempos, outros anseios, outras vontades.

“Para fazer este trabalho deves consultar o manuscrito das Memórias de Inácio José Peixoto”. Um ano antes, foi orientação do professor Viriato Capela e o trabalho académico era sobre





“D. Frei Caetano Brandão e o problema eclesiástico”. Esse arcebispo muito cristão, frase em nada pleonástica, que em 1789 cruzava o arco da porta nova para assumir a prelatura bracarense, numa cidade barroca que nem o entendeu a ele nem ele a ela. A leitura do manuscrito e o trabalho em si foram de parceria com o Guilherme Rego da Silva, hoje professor na Universidade do Minho. Nem sei se me emocionei mais pela personalidade progressista do frei arcebispo franciscano, se pelo texto em tom de confidência de Peixoto, o José Inácio, este último com o picantezinho de transformar a má-língua de seu tempo em boa escrita ao nosso século arribada, num tom mais confidencial do que memorialista. Era toda uma Braga de outras eras desfilar em cada linha, heroísmos e baboseiras, cortesias e faltas de educação, ressuscitada em personagens que já nem ossos seriam, nas suas vivências, até as suas anedotas, num dia-a-dia recuperado, numa história de verdadeira vida que normalmente se perde no estilo cartorial ou na dissimulação do que é escrito sem o refúgio da intimidade, palavras feitas não na veracidade de quem para si as guarda, mas na construção do que serve para que outros leiam, meras representações. O Inácio não era nada disso e as memórias chegavam quase até com maldição: “...para mim mesmo e para os meus filhos e para que não as mostrem a ninguém”, cito de cabeça.

Agora era uns meses depois e o rapaz já era presidente da Associação Académica. Nunca se tinha sentido tanto e provavelmente nunca tanto voltou a sentir-se, e já passaram umas três décadas de vida muito imensamente vivida. Está ao telefone e do outro lado da linha é o Guilherme, o parceiro da leitura no ano anterior pelo professor Capela recomendada. “Olha lá, lembra-te do José Inácio ter escrito que Braga tinha uma Universidade e os seus estudantes um traje?” Lembra-se bem e até que o descrevia. Ainda guardo essas páginas com a letra angulosa do Guilherme, passadas no papel dum bloco de notas alinhavado por um azul esbatido:

“Braga era uma universidade e trazia mais de dois mil estudantes (...) quasi todos de baetas compridas, apenas se via um crepe, um estudante não trazia capote pardo se andava nas aulas; só nos dias feriados para ir a passeio (...); nunca entravam na sé e no paço de capote (...) os chapéus eram de copa baixa e aba grande e muito abicados.”

Agora subo a escadaria do Largo do Paço. O Reitor Machado dos Santos nunca se negava a receber a Associação Académica. Creio ir mais com pensamento nesse traje descrito do que no assunto da reunião, que a esse não recordo, mas certamente estará na letra miudinha e orientada para a frente dos blocos A5 em que o Reitor apontava tudo que lhe dizíamos, tudo a que se comprometia, método para mim exemplar e ainda hoje seguido em muitas dezenas de diários que talvez um dia despertem como cábulas para futuras memórias. Subindo essa escadaria, vai comigo o João José, vai comigo o Raúl Pentieiros, por isso o tema deve ser social que esse era o pelouro do Raúl, ainda que pelo caminho tenha recebido uma canastra de outras funções, sempre bem aceites e sempre bem executadas.

Há momentos em que o pensamento se cruza com a vivência, em que o cérebro de dentro se funde com esse outro que será externo e a que Roger Bartra chama “exo”. É talvez nesses momentos raros que acontecem as coisas mais surpreendentes e foi olhando para os painéis enquanto penso no texto de Inácio e pensando no texto de Inácio enquanto olho para os painéis, que senti ver o que pensava e pensar o que via. Foi um brusco estancar e creio que um brilho nos olhos: à minha frente, nesse azul setecentista, nesse mesmo tom do azul agora fundido com o das linhas em que o Guilherme tinha remanuscrito, eu vi, cri ou queria ver o mesmo traje. Se foi ver, crer ou querer, não sei, não interessa, se a matéria pode ser verdade positiva, aí estão os congruentes paradoxos de Pessoa: “O mito é um nada que é tudo”.





Foi numa reunião da direção da Associação Académica, o local ainda na Rua D. Afonso Henriques numa sala dos fundos, entre o gabinete do tesoureiro e o do presidente, onde todos nos reuníamos quando o caso requeria a formalidade dum livro de atas. Estávamos na sede que herdamos e sem ainda ter mudado para a D. Pedro V, onde nos instalaríamos numa sala atrás do complexo pedagógico, lojas transformadas primeiro em salas de aulas, depois desmanteladas, que, por esse tempo, de Gualtar apenas projectos e mais andante era a Universidade do Minho do que o Quixote de Cervantes. Portanto a dita reunião teria de ser por setembro ou outubro, as eleições eram então em junho e lá para novembro já nos tínhamos mudado, com diretório e bar, este último para angústia dos vizinhos, sempre diligentes contra os ruídos dos estudantes, em incontinente chamada aos agentes da autoridade, chegados sem nunca cruzar a porta que lhes barrávamos: “Nem no antigo regime a polícia entrava numa Universidade sem autorização do reitor”, “Não me fale desse tempo que vocês ainda eram muito novos”, “Mas lemos muito!”, esta última foi brilhante tirada do Lúcio, frequentador assíduo do bar e também uma das cabeças mais pensantes de entre os opositores à nossa direção.

Mas voltemos à Rua Afonso Henriques, que o pormenor não é displicente: traje e gata foram refundações e foi em rua com nome de Fundador que se refundaram. Estava feita a proposta já antes e genericamente arranhada no nosso programa eleitoral: Queima por Enterro, tricórnio por batina. Uns torceram o nariz à primeira que não ao segundo, outros ao segundo que não à primeira, mas com debate e contraditório pusemo-nos de acordo que sim, que era por aí e por aí fomos.

“Esse referendo não tem sentido, tanta coisa importante e vamos referendar gatas e trajes?”, “Já estava no nosso programa eleitoral, não há que referendar”, “Terias de confirmar todas as assinaturas e algumas até estão repetidas”, “Nestas alturas há que avançar e liderar”. São exertos provavelmente fidedignos

da conversa entre dois estudantes, um presidente da direção e empenhado em mudar, outro presidente da mesa da RGA, o Rui Maia, com a batata quente na mão: Um grupo opositor juntou assinaturas regulamentares e pedia-lhe marcar um referendo: Gata ou queima? Batina ou tricórnio? O lugar da conversa era o Club84, discoteca onde todos parávamos, sobretudo quando a noite vinha dum dia quarta-feira, atraídos pela cerveja barata que diligentemente nos vendia o senhor Alves, também pela música e, claro, pelos catrapiscas da praxe, consequentes, uns, inconsequentes, outros; saudosa Sodoma, saudosa Gormora, uma boémia pegada!

Entretanto as coisas tinham avançado, mais a olhos pensados do que vistos: de planos e projetos, desenhos e debates, muitos, mas coisa que se visse realmente vista, dessa ainda nada. “Quem conhece uma estilista”, o João conhecia, chamava-se Antónia Paula e desfilava modelos seus nas passerelles do país. Foi logo imediatamente quem ali tivemos mais à mão para que, do traje manuscrito e azulejado, desenhasse e modelasse farpela pronta à confeção.

Se na dialética entre o que pensamos e fazemos, fazemos por vezes sem pensar, em inconsciente execução, se outras tantas pensamos sem fazer, em deleitosa preguiça, neste caso, e sem deleite, mais fácil foi pensá-lo do que fazê-lo. Os desenhos estavam feitos que Antónia não deixou créditos por mãos alheias: leu o texto de Inácio, levamo-la aos painéis no largo do paço, rapidamente estirou os desenhos de que precisávamos e estava tudo pronto a executar. Mas depois foi o alfaiate da Académica, habituado a vender coimbrãs batinas, entre capelos e togas, que a tudo nos dizia que sim-sim-sim, que já iria ter os trajes prontos, que faltava uma vez isto, outra aquilo e outra ainda aqueloutro, “está quase” e “agora é que sim”, mas nunca, caramba! “E se eu fizesse os cem tricórnios que me pedem, a Associação compra-mos ou é tudo por minha conta e risco?”, olhar matreiro e revelador da causa direta das indiretas coisas.



Era por sua conta, claro está! Nem para tal tínhamos cabedais. E foi assim que tudo ficou tão mais difícil, que traje só mesmo para quem o pagasse com antecipação e não fomos mais do que uma ou duas mãos de gentes, todos da Direção ou ligados à mudança. No ano seguinte vingamo-nos das indiligências e a Associação abriu a sua própria loja de tricórnios, produtivo entusiasmo do tesoureiro Zé Cândido, correndo vendas talvez ajudadas pela frase do Fernando Santos, essa de microfone aberto e proclamada num concerto dos GNR: “Porra que este traje é afrodisíaco!” ... e não é que era?

Quem serão agora esses dois estudantes saindo muito ladinós? Vai cada um com seu embrulho e dentro do embrulho de cada um o traje de cada qual, Norberto chama-se aquele, outro é chamado como este próprio que agora escreve. Levam um sorriso nervoso, dos nervos de quem sabe ter em mão a matéria dum sonho, formosos será exagero, mas não seguros certamente que sim. Eram os dois primeiros tricórnios de toda academia, acabados de fazer, prontinhos a vestir, e a casa onde vesti-los ficava bem mais longe, nas Enguardas, quase onde por esse tempo acabava a cidade de prédios e começava o campo de campos. Mas chegaram, e vestiram e saíram à rua, ansiosos por serem vistos e nervosos de que os vissem. Soube ser o primeiro e não me esqueci para memória futura, e talvez também os miúdos que jogavam futebol no largo em frente, que nos seguiram desde ali, Rua D. Pedro V adiante: “Olha um pirata!”, “Olha o Zorro”, e outro alguém que “O carnaval ainda não começou”, e a resposta “Então por que estás de palhaço?”



Todos os suores do mundo investidos na mudança, no tricórnio, na gata. “A gata deve ter mensagem, a gata fala as fitas não!” Tudo eram ideias e então a gata passou a ter mensagem, a desse ano ecológica, recusar-se-ia a enterro nas poluídas margens do rio Este, indo em cortejo fúnebre de comboio especial às límpidas do Lima, nas margens de Viana. Sabíamos

que, se a festa fosse a maior de sempre, tudo estaria para o futuro, se não, mais não ficaria do que anedota dum fracasso, talvez rodapé duma história contada em rodadas, risada duma geração esquecida pelas seguintes: “Lembram-se quando aqueles patuscos da Associação Académica tentaram inventar um traje e uma gata?”



Era certo que tudo aquilo começava a despertar atenções noutras academias, tanto que andava eu de Universidade em Universidade, convidado para colóquios, assembleias e palestras, marcadas para debater se sim ou não cada academia deveria fazer o mesmo que os do Minho. Lembro-me de que em Aveiro surgiu um grupo desejoso a dotar de diploma doutoral o regional gabão, mas o tema era então polémico e estávamos longe de imaginar que tantos outros se seguiriam.

“Estamos a implementar o tricórnio porque houve um tempo em que a nossa Universidade era tão jovem que queria afirmar-se como uma, no contexto das que já o eram. Agora sentimos que não há dúvida do que somos e queremos ser da maneira como o somos, que é das identidades particulares que se fazem as gerais”. No anfiteatro da Universidade da ria foi com dialética tal, meia honesta, meia martelada, que justifiquei o porquê do nosso traje e de retomar tradição própria. Talvez racionalizando uma intuição porque, isso era certo, queríamos ser algo que fôssemos apenas nós, e pensando bem, julgo que o êxito esteve nisso mesmo.

E não era que tudo parecia com bons ventos? Não havia até então quem soubesse responder à pergunta original: “Quando começou esse tal de Enterro?” Diligente, Henrique Barreto Nunes, ele mesmo da geração da última gata do Sá de Miranda, dispôs-se a historiar o tema e tanto historiou que descobriu notícia de 1889, cujo título ainda tenho de memória: “Enterro chistoso”. E lá se contava que os estudantes do liceu tinham

marchado rumo ao rio Este, com o caixão duma gata representando o “chumbo”, a enterrá-la para que não chumbassem eles mesmos. A conclusão não deixava margem para dúvida, talhado estava no papel não haver notícia de que tal coisa tivesse sido antes acontecida. Hossanas: era aquilo de 1889 e estávamos nós em 1989, um século, senhores! Um século, maravilha das maravilhas, sorte das sortes, mas que cagança!



A gata caiu-nos no regaço com um século de idade comemorado nesse mesmo ano; já não era apenas ressuscitar o enterro da finada, era festejar-lhe um cento de vidas. Fazer das fitas gata era agora mais do que das tripas coração e o ânimo redobrou em planeamentos duma festa como nunca antes tivesse sido vista, já com direito a um cartaz pelo centenário.

Era tudo? Não. Tínhamos mais.

“Não me venham com rádios que eu não sei nada, isso é com o governo lá de Lisboa e eu não mando para esses lados, esses que lá chegam põe fivelinha no sapato e não há nada para ninguém”. Em tom de desamparem-me a loja e desabrida frontalidade, assim nos falou o Governador quando lhe batemos à porta com a legalização da Rádio Universitária em mãos. Éramos eu e os dois grandes impulsionadores do projecto, o Norberto e o Fernando, mais conhecido como Fino e até Fininho. Saímos dali meios estupefactos e já sem dar muito crédito à anterior possibilidade de nos legalizarem a RUM. Não me lembro onde, mas certamente nalguma chafarrica, talvez no Mini-Sport, fomos dar banhos de caneca à desilusão. Não sei quantas foram para que batesse com a última na mesa. “Não caramba! Isto não fica assim, vamo-nos a Lisboa e não regressamos sem certezas”.

E fomos, mas antes de contar a vez que foi esta, há história para contar da vez que foi outra, quando uns tempos antes

também à capital para entregar a legalizadora candidatura, missão que sabíamos difícil porque em Braga eram seis as postulantes e de alvarás só a metade. O processo era complicado e pedia muito papel, muito cálculo, farta técnica e nós praticamente apenas com o Norberto a saber como fazer, ainda que sempre incentivado pelo Fino e apoio moral duns quantos. O prazo corria até às seis da tarde dessa madrugada e quando o deixei pelas três para rápida dormida e algum duche já tínhamos comboio marcado para manhã cedinho, dando-nos tempo de chegar à capital e entregar a candidatura antes de finado o tempo limite. Quando voltei eram mais as olheiras nos norbérticos olhos do que os muitos papéis espalhados na grande mesa da sala de reuniões onde passara toda a noite, e ele já quase passado e não dizendo bota que batesse com perdigota. “Ainda não está!”. “Ainda não está? Não há problema que temos outro comboio num par de horas e ainda nos dá tempo de a tempo chegar”. Mas esse par passou e lá estava o rosto dormilento e quase impassível: “Ainda não está”. Aí sim estávamos perdidos, iria tudo por água abaixo, os nossos rivais não se esqueceriam de marcar cronómetro e pedir anulação da RUM por entrada depois do toque. Valeu-nos o Dr. Osório dos Serviços Sociais, bombeiro sempre disponível, que nos meteu no seu carro mais ao Norberto e aos papéis do Norberto, arrancando-nos em acelerado desespero e umas quantas travagens, rumo a Lisboa, com o nosso amigo ainda a encher papeis, a fazer contas de cabeça e calculadora, “ao palácio Foz que se faz tarde”, onde a candidatura tinha de chegar sim ou sim antes das seis, e onde finalmente entramos antes de para as seis que eram horas faltarem três que eram minutos. “Ainda não está”. “Mete essa merda nas caixas e entregamos assim mesmo!” E entregamos.



E agora ali estávamos de novo em plena capital, batendo pela legalização da porta de secretário-de-estado-amigo-da-universidade à porta de secretário-de-estado-amigo-da-universidade, de ministro-amigo em ministro-amigo, dando corpo ao manifesto



pela nossa rádio “que é tão bonita e formosinha, quem quer casar com RUM?” De a tantas bater, até o ministro que era mais ministro nos recebeu, por intermédio do amigo Macedo, que lá nos foi avisando de que “vocês são chatos como a putaça” mas que quanto à rádio já a tínhamos no papo. Que festa, que alegria, ginjas no Rossio, piratas no Pirata, imperiais no Paco, os festejos duraram quase até à manhã da nossa entrevista e, entre duas fumadas e um ressacado ar solene, recebemos a confirmada confirmação: “Habetis RUM”.

E o Enterro da Gata já na semana entrante à seguinte, e notícia mais boa não havia para guardar. E assim voltamos ao início desta história, ao rapaz-eu de tricórnio vestido, fumando num nervosismo controlado, sabendo nunca o que até esse momento tivesse dito teria sido tão marcantemente dito. Estavam prometidos protestos e os que eram contra apontavam dedo à contradição: “Que quereis, dizendo que temos uma tradição, se logo no início da festa é com coimbrã serenata que festejais?”, e, “Razão temos nós que tradição-tradição é só uma e partilha-da pelo universitário universo”. O Rossio da Sé estava mais do que abarrotado quando avancei para o microfone, sentindo as mãos molhadas e o estômago retorcia pagando a bom pagar o que rosto e gestos não podiam demonstrar. E comecei a falar, sabia ter de começar por algo que unisse, que fosse de aplauso comum e comecei pela notícia guardada: “Quero começar por dar uma grande novidade: Tivemos confirmação de que a Rádio Universitária do Minho será legalizada!”, o aplauso já abafava o que em seguida dizia “quer dizer que no próximo ano as festas do Enterro da Gata serão cobertas pela nossa Rádio”. Quis explicar porque tínhamos conseguido isso, “porque somos uma grande academia, com uma identidade própria, que já somos reconhecidos como tal e com dimensão para tal”. Depois entrava o Enterro da Gata e o traje: “é por isso que a Associação Académica decidiu que já era tempo de termos a nossa própria tradição e é por isso que no centenário do Enterro da Gata estamos novamente a festejá-lo”. Finalmente o

porquê da serenata. “Quer isso dizer que nos isolamos? Que não queremos saber do que nos rodeia? Não, e esta serenata é a prova disso, nesta serenata a nossa academia assume-se, mas prestando homenagem a todas as outras, espelhando-as no fado que é tradição da mais antiga”.

Tudo correu bem, a semana correu melhor, o cortejo foi considerado o melhor e mais participado de todos, até pelo jornalismo local, normalmente muito crítico e maldizente, de faltas de originalidade e borracheiras medonhas. Depois foi Viana, o até aí nunca organizado dia de Viana, o combóio especial, o enterro nas margens do Lima, a garraizada, o fim de festa na Quinta do Santoíinho e o regresso no mesmo combóio que nos levou. Nessa noite de fim de festa sabíamos que tudo mudara definitivamente. E foi assim que aqui estamos, agora, juntos, comemorando 30 anos de traje, 30 anos de Enterro da Gata... ou duzentos e tal dum e os 130 da bichana?

Antes de terminar queria avançar uns tempos, não me lembro quantos mas no mínimo uma década, quando um grupo de estudantes, entre eles os irmãos Corais, decidiu juntar ex-dirigentes académicos para falarem do seu tempo. Aí nos cruzamos todos, os que antes tivemos visões distintas, e abraçamo-nos e reconhecemos importâncias mútuas. Naquele tempo tudo tinha sido tão opostamente vivenciado, e agora ali estávamos, conversando serenamente, reconhecendo a importância do que fora antes para o que foi depois, do que foi depois para o que veio a seguir, cada tempo no seu tempo e a seu tempo. Percebia-se a dimensão humana e como a vida que passou pode aplacar a vida que se vivenciou. E afinal, por muita Antropologia, por muita Filosofia, até por muita dialética, trata-se apenas duma festa, apenas dum traje... ele há coisas tão mais importantes! A gata morreu, enterrem-na; vistam-se a rigor e viva a Gata, mas viva sobretudo muito mais do aquilo que trajam, muito mais do que uma ou esta gata!

—

